



Horizontes Antropológicos

48 | 2017
Antropologia e Animais

Apresentação

Jean Segata, Bernardo Lewgoy, Felipe Vander Velden e Ciméa Bevilaqua



Edição electrónica

URL: <http://horizontes.revues.org/1565>
ISSN: 1806-9983

Editora

Universidade Federal do Rio Grande do Sul
(UFRGS)

Edição impressa

Data de publicação: 31 Maio 2017
Paginação: 9-16
ISSN: 0104-7183

Refêrencia eletrónica

Jean Segata, Bernardo Lewgoy, Felipe Vander Velden e Ciméa Bevilaqua, « Apresentação », *Horizontes Antropológicos* [Online], 48 | 2017, posto online no dia 01 Junho 2017, consultado o 05 Junho 2017.
URL : <http://horizontes.revues.org/1565>

APRESENTAÇÃO

*Jean Segata**

*Bernardo Lewgoy***

Universidade Federal do Rio Grande do Sul – Brasil

*Felipe Vander Velden****

Universidade Federal de São Carlos – Brasil

*Ciméa Bevilaqua*****

Universidade Federal do Paraná – Brasil

A constituição de um campo na antropologia brasileira denominado como “relações humano-animal” é recente, mas se consolida e se expande a passos largos. Na última década, aparecem mais de duas dezenas de dissertações e teses, diversos artigos e mais de meia dúzia de dossiês especiais em importantes periódicos de circulação nacional e internacional, livros, coletâneas e mais uma quantidade significativa de grupos de trabalho, simpósios especiais, mesas-redondas e conferências em eventos realizados no Brasil e nos países vizinhos. Interfaces no interior da disciplina também são presentes, como a presença animal na antropologia da ciência e da técnica, nos estudos sobre moralidade, na antropologia rural, na etnologia indígena e na antropologia urbana, para falar do que tem sido mais evidente. Etnografias têm discutido a pecuária e o consumo humano de produtos de origem animal, a caça e a pesca e suas técnicas, a proteção animal e os desafios do campo jurídico ou a relação entre animais, ciência, saúde e estética. Além disso, a relação homem-animal têm reconfigurado a etnologia indígena no universo ameríndio em recentes tendências em tratar o animal como chave para estabelecer os contornos da humanidade, sobretudo em regimes onde predação é um dispositivo relacional e constitutivo.

* Contato: jeansegata@ufrgs.br

** Contato: mlewgoy.bernardo@gmail.com

*** Contato: felipevelden@yahoo.com.br

**** Contato: cimea@uol.com.br

Em termos gerais, a relação humano-animal tem sido tratada na antropologia contemporânea a partir de duas frentes relacionadas de discussão: uma política e outra epistemológica. A primeira envolve ativismos e novos movimentos sociais em torno de direitos e moralidades dos animais, enquanto a outra passa a questionar e a reposicionar qualidades e distinções entre eles e os humanos. Em ambos os casos, a questão, sem dúvida, é a de que temos celebrado o aparecimento do animal *sujeito* nas etnografias recentes, substituindo o antigo animal *objeto* descrito como símbolo ou coisa utilizável. Em outros termos, de animais “bons para comer” (Harris, 1976) ou “bons para pensar” (Lévi-Strauss, 1983), experimentamos agora o seu reposicionamento como “bons para viver juntos” (Haraway, 2008; Tsing, 2015). O interessante é que a presença animal na antropologia não tem produzido apenas efeito específico no seu campo particular, mas, à moda da introdução dos estudos pós-coloniais e do feminismo na disciplina nas últimas quatro décadas, temos produzido críticas que têm construído teorias antropológicas com mais cor, com mais gênero e agora com mais entes, em um repovoamento para além do *anthropos*.

É importante também considerar o lugar estratégico da antropologia em um debate mais amplo. O *Animal Studies* é um campo de múltiplos interesses, que congrega disciplinas de diversas naturezas. Desde a teoria literária ao direito ou da etologia às humanidades, a agenda de reconhecimento e de proteção animal disputa espaço com tensões políticas e epistemológicas tanto no interior dos seus debates como em suas interfaces com outros campos. A participação cada vez mais intensa da antropologia tem ajudado a explicitar algumas controvérsias, especialmente quando traz para o solo etnográfico essas disputas. O ponto é que é próprio do *métier* dessa disciplina situar a crítica em condições mais reais do que imaginadas a partir das formas e sentidos locais. Em outros termos, a antropologia tem buscado descolonizar o animal nesses debates. Se “o homem” ou “a humanidade” há muito tempo são generalidades desconfortáveis, “o animal”, despido daqueles contextos complexos das práticas e dos significados criativos em que emerge, também é um desencaixe. Daí a importância das recentes etnografias nesse campo e o modo como problematizam as singularidades desses encontros entre humanos e animais.

Nesse caminho, abrindo o dossiê, o artigo de Jean Segata aborda o tema da biopolítica a partir de sua etnografia sobre a implantação de um novo programa de combate, controle e vigilância contra o mosquito *Aedes aegypti* em uma capital do Nordeste brasileiro. Ao longo do texto, o autor nos conduz a

uma reflexão sobre o modo como as populações de mosquitos e de humanos têm suas vidas cruzadas, produzidas e governadas localmente por meio da presença cada vez mais ubíqua e pervasiva de infraestruturas globais, como aquelas da biologia, da química e, particularmente, das novas tecnologias digitais.

Na sequência, Felipe Sússekkind trata de regimes de ecologias partilhadas entre humanos, onças e gado na região do Pantanal brasileiro. De um lado, o autor evidencia os hiatos entre o conhecimento científico de cientistas preocupados com a conservação das onças e os conhecimentos tradicionais de vaqueiros e caçadores locais. De outro, ele procura mostrar como o comportamento inesperado de algumas onças é lido como uma forma de individualidade do animal que acaba por ressignificar ambas as formas de conhecimento sobre ele. Para Sússekkind, essa atenção mais apurada sobre a individualidade do animal em situações particulares não é capturada pela agenda conservacionista e sua relação com o conhecimento do animal enquanto espécie universalizável.

O terceiro artigo, de Caetano Sordi e Bernardo Lewgoy, revisa uma categoria bastante importante dos estudos das relações humano-animal e da antropologia da técnica: a domesticação. A partir de uma etnografia que evidencia a dificuldade de relação com o javali asselvajado na região da Campanha gaúcha, os autores questionam a abrangência analítica dessa categoria. Considerado uma espécie invasora, o javali e o seu estatuto são problematizados a partir da sua relação com diversos agentes, como os técnicos responsáveis por seu manejo, os interesses da monocultura, a população local de humanos e de ovelhas e de outras espécies igualmente invasoras do bioma Pampa, como o eucalipto australiano e a gramínea africana conhecida localmente como capim-annoni. Pouco acomodado entre o doméstico e o selvagem, o javali torna-se o centro de controvérsias que o situam em um imaginário de guerra e de criminalidade. A partir de uma inspiração deleuziana sobre as linhas de fuga, os autores investem na ideia de feralidade para compreender o seu fenômeno local. Na descrição dos autores, o javali é um animal que resiste. A sua inconstância ontológica e relacional é o mote para uma crítica do projeto biopolítico-antropocêntrico de capturar todas as formas de vida.

Por sua vez, no quarto artigo do dossiê, de Flávio Leonel Abreu da Silveira e Matheus Henrique Pereira da Silva, é tensionada a coexistência de humanos e de animais em uma situação peculiar, que é a de uma metrópole que emerge no meio da paisagem amazônica. Os autores problematizam as formas de relação entre o mico-de-cheiro, os veterinários, os tratadores e os visitantes

do “Bosque”, um jardim zoológico do município de Belém. Para Silveira e Silva, o imaginário e a materialidade da natureza e da cultura se mesclam no seu contexto de pesquisa e, seguindo uma inspiração que vem de Michel de Certeau, os autores discutem as astúcias e invenções dos micos, como é o caso do roubo de comida dos visitantes do zoológico. Nesse caminho, em uma linha de continuidade com os artigos antecedentes, micos, javalis, onças e mosquitos escapam do “nosso” controle. A sua incapturabilidade total ou a sua recalitrante animalidade são desafios aos modos antropomorfos de relação e de entendimento. Essa “contra-humanidade” do animal se converte em uma importante pista etnográfica para uma crítica da ideia euro-americana de natureza como objeto. Além do que, esse animal que é uma presença e que resiste complexifica a arena de uma política multiespécie, que passa a se ver obrigada a revisar a assimetria da corrente ideia de domesticação e de humanização.

No quinto artigo, de Francisco Pazzarelli, encontramos um importante exame etnográfico das relações estabelecidas entre pastores aborígenes da região andina meridional do noroeste argentino e os animais de criação durante as matanças e carneadas. O tratamento da carne, das vísceras, dos lados do corpo ensejam os diferentes modos de existência e, mais propriamente, os diferentes lados do mundo. A distância entre um mundo e outro, como mostra o autor, pode ser só “o couro de uma cabra”. Nesse sentido é que Pazzarelli argumenta que a topologia que se exprime a partir do manejo da carne expõe o modo como o *espírito* e as relações de sorte que os animais compartilham com os pastores devem ser tirados para fora do corpo como forma de transformar a carne em alimento.

Em seguida, Oscar Calavia Sáez se investe de uma revisão das já longas controvérsias em torno da tauromaquia para elaborar uma instigante crítica à proteção animal – jovem e urbana – e o modo como ela se insurge contra o que considera uma forma cruel, bárbara e atrasada de tratamento do animal em situações de tradição. O autor posiciona a sua crítica em um eixo gênero/espécie e, seguindo linhas gerais da interpretação elaborada por Pitt-Rivers e sua atualização parcial em Delgado Ruiz, ele trata tauromaquia como aquilo que equilibra a relação agônica entre o masculino e o feminino. Conforme as suas palavras, as touradas “constituiriam assim um desses rituais de têmpera funcionalista, capazes de resolver no plano das fantasias as tensões irresolúveis da vida cotidiana”.

O sétimo artigo do dossiê, de Pedro Stoeckli, vem em linha contígua ao eixo gênero/espécie abordado no trabalho de Calavia Sáez, ao colocar em

primeiro plano a *brutidade* como noção que explica os tipos de vínculo entre búfalos e vaqueiros. A etnografia de Stoeckli tem como contexto geográfico a região da várzea amazônica. Nos campos alagados que brotam da floresta úmida, o *laço*, elemento técnico inerente à atividade do vaqueiro que exacerba a masculinidade de um meio de criação extensiva, produz o intermédio entre os dois seres. Ele permite que o vaqueiro exprima a *brutidade necessária* para a relação com o búfalo – o animal bruto.

Fechando esse eixo de debates que revisam a domesticação e reposicionam a relação entre homens e animais de grande porte, temos o artigo de Marília Floôr Kosby, Daniel Vaz Lima e Flávia Maria Silva Rieth sobre o universo da pecuária no Pampa gaúcho. Do mesmo modo que o artigo anterior, os autores aqui também valorizam a noção de “sistema domesticatório” de Jean-Pierre Digard (1999). Essa noção contesta a ideia de domesticação, apresentada de um modo genérico e datado, no tom de um processo já acabado. Assim, cada situação concreta corresponde um sistema domesticatório particular, que é processual e contínuo. No artigo, Kosby, Lima e Rieth trazem à discussão a noção de “sujeição” dos cavalos domados, como fruto da negociação de forças que envolve o emprego das técnicas da chamada “doma tradicional” ou “doma gaúcha”. Trata-se, como eles explicam, de um empreendimento em que se privilegia o uso da força bruta como forma de “ensinar” os equinos, que acompanha a histórica burocratização da pessoa do trabalhador rural da lida campeira. Assim, como mostra a análise empreendida no artigo, o cavalo, tal como se relaciona com os campeiros, é testemunha do quão ambígua pode ser a busca por sujeitar o outro.

O nono artigo, de Antonádia Borges, explora o diálogo entre a literatura de Coetzee e uma experiência etnográfica entre moradores da região de Kwazulu-Natal, na África do Sul, tendo como tema as disputas entre “ideais de existência” que têm cães como mediadores entre o universo humano e o animal. Em uma alusão às categorias animais de insulto, tratadas por Leach, a autora reflete sobre os discursos de ódio entre humanos, cujo conteúdo se concentra em analogias envolvendo certas propriedades associadas aos cachorros, “a fim de tornar bestializadas as pessoas-alvo da comparação”. Animalizar as pessoas como cachorros para afirmá-las como menos humanas que esses animais produz, assim, um efeito reverso de reconhecimento de uma humanidade maior dos cães do que de certas pessoas. Nas palavras da autora, essas quere-las formam uma dobradiça que articula preconceito e convivialidade em um

terreno etnográfico marcado por históricas disputas coloniais que produziram formas severas de segregação.

Na sequência, outro artigo explora o sensível e o moral nas relações entre humanos e animais. Trata-se do trabalho de Andréa Barbosa Osório e sua etnografia sobre o universo da proteção animal no Rio de Janeiro. Segundo a autora, há um imaginário de predisposição, vocação ou conversão à proteção que emerge de algumas narrativas de protetores. Isso inclui uma memória afetiva de animais de estimação na infância e o seu alinhamento a novos valores e identidades da idade adulta. Em ambos os casos, a relação com animais é enfatizada como importante para o desenvolvimento de novas sensibilidades ou engajamentos que agenciam animais e humanos.

No artigo seguinte, Iara Maria de Almeida Souza explora o universo de convívio entre humanos e animais em um laboratório. Souza desloca o debate da esfera de transformação do animal vivo em animal analítico, típico de uma reação ao que se descreve como o utilitarismo da relação experimental, para se deter no modo como muitas versões dos corpos dos camundongos e dos humanos se relacionam de modos heterogêneos. Isso não implica fragmentar o corpo do animal e reduzi-lo a categorias médicas, mas explorar etnograficamente linhas de pensamento que vêm da ideia de ontologias múltiplas do corpo (Mol, 2002) e da crítica de Descola e Pálsson (2006), de que aquilo que distingue e assemelha os humanos e os animais não se refere exclusivamente a indivíduos inteiros, mas a elementos partilháveis.

Fechando o dossiê, o artigo de Eliane Sebeika Rapchan e Walter Alves Neves examina uma importante interface entre antropologia e etologia, que desde os anos de 1960 exploram a partilha entre humanos e símios de elementos como a coletividade e a noção de individualidade. Assim, a partir de um caso de estudo de chimpanzés selvagens e de laboratório relacionados a temas como emoções e sentimentos, consciência, teoria da mente, noção de pessoa e capacidade simbólica, o artigo visa contribuir com as discussões sobre a viabilidade e as consequências de se considerar a existência de uma “subjetividade animal”.

Finalmente, na seção Espaço Aberto, temos duas entrevistas, uma delas com a antropóloga brasileira Bela Feldman-Bianco e a outra com o antropólogo francês Christian Bromberger. Feldman-Bianco foi entrevistada em 2016, por um grupo de jovens pesquisadores, durante evento sobre ensino e pesquisa realizado em Viçosa, Minas Gerais. Internacionalmente reconhecida

por pesquisas em diferentes áreas da antropologia urbana, especialmente sobre migrantes e migrações, Feldman-Bianco recupera os principais aspectos da sua trajetória como antropóloga, desde sua “conversão” à disciplina até a presidência da Associação Brasileira de Antropologia (2011-2012), passando pela realização dos estudos de pós-graduação em Columbia e o seu interesse pela diáspora, pela saudade e pela história social do cotidiano e da política. A entrevista com Christian Bromberger foi realizada em Porto Alegre, por um grupo de pesquisadores do PPGAS, por ocasião da sua participação em eventos realizados na UFRGS em 2015. Bromberger tem uma extensa e diversificada produção no espectro da etnologia, sendo reconhecido como um dos principais especialistas internacionais sobre o Irã, além de obras marcantes sobre a cultura mediterrânea e as práticas esportivas contemporâneas. Na entrevista Bromberger trata da sua formação – incluindo-se as trocas de correspondência com Lévi-Strauss –, trajetória acadêmica, o interesse pela etnografia e as diferentes transições de sua obra.

A capa deste número de *Horizontes Antropológicos* é ilustrada com a reprodução de um quadro intitulado *The crow addresses the animals*, atribuído ao pintor indiano Miskin. Não se sabe ao certo se são traços dele próprio ou de algum de seus discípulos proeminentes. A obra tem datação estimada entre 1590 e 1620 e remonta, assim, à época do imperador mogol Akbar (que reinou entre 1556-1605) no atual território da Índia (Jackson, 2006). Nela, podemos observar uma multidão de criaturas da terra, mar e ar que se reúne ao redor de um afloramento rochoso para ouvir o corvo sábio, empoleirado no pico. Entre eles estão dragões, chitas, crocodilos, abutres, rãs, escorpiões e um *simurgh*¹ (Chowdry, 2011). De acordo com a interpretação fornecida pelo British Museum, o quadro pode narrar o episódio da fábula popular dos corvos e das corujas, cuja inimizade começa quando um corvo fala contra a eleição de uma coruja como líder dos animais. Segundo Stronge (2010), essas fábulas animais costumam ser histórias com finais morais, cujo objetivo era introduzir os jovens príncipes no universo de conhecimento político e das artimanhas da natureza.

¹ Um pássaro mítico, segundo a descrição da obra (ver <https://www.google.com/culturalinstitute/beta/u/0/asset/miskin-attributed-to-the-crow-addresses-the-animals-a-mounted-miniature-in-gouache-on-paper/0wFqvGfgETul6A?hl=en>).